

para 12 (doze) anos, ao invés de 14 (quatorze) anos; o inciso I, do artigo 2º, foi modificado para pena até 10 (dez) anos, ao invés de pena superior a 6 (seis) anos e até 10 (dez) anos; no parágrafo único, do artigo 3º, foi acrescentado (...) "ou que seja provido sem alterar as condições exigidas para esses benefícios"; o artigo 9º, uma vez que ele faz referência ao artigo 8º. Em decorrência, os subsequentes foram reenumerados; o inciso II, do artigo 7º, reenumerado para artigo 6º, foi modificado para metade do período de prova, ao invés de um ano do período de prova; no artigo 8º, reenumerado para artigo 7º, foram acrescentados os incisos II, IV, V e VI, excluindo dos benefícios, respectivamente, os condenados que tenham participado de rebelião; os condenados pelos crimes contra a administração pública; os condenados pelos crimes contra a administração militar e os condenados pelos crimes definidos nos incisos I e II do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967 (responsabilidade de prefeitos e vereadores). Concluindo, o Presidente agradeceu o brilhante trabalho elaborado pelo Relator, assim como a participação dos Conselheiros na discussão da matéria e informou que a Proposta, ora aprovada pelo CNPCP, será submetida à elevada consideração do Senhor Ministro da Justiça. Antes de encerrar a Reunião, o Presidente facultou a palavra ao Professor George Fragozo Modesto, Presidente do Conselho Penitenciário do Estado da Bahia, que comunicou a impossibilidade da II Conferência Nacional de Conselhos Penitenciários ser realizada em Salvador/BA, em novembro próximo, como fora anteriormente aprovado pelo CNPCP, em homenagem aos setenta anos de criação daquele Conselho. Em consequência, o Conselheiro César Leal formulou proposição no sentido de que o conclave seja realizado em Fortaleza/CE, em novembro próximo, assumindo o compromisso de providenciar, em tempo hábil, a programação científica para submetê-la à apreciação do Colegiado. Proposição aprovada, por unanimidade. Esgotada a pauta, o Presidente deu por encerrada a Reunião. E para constar, eu Geraldo Régio Vilar, Assessor, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

PAULO R. TONET CAMARGO
Presidente do Conselho

(Of. nº 107/95)

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE AÇÕES NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Departamento de Assuntos de Segurança Pública

PORTARIA Nº 1.036, DE 10 DE AGOSTO DE 1995

O Diretor do Departamento de Assuntos de Segurança Pública do Ministério da Justiça, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 111 do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, e tendo a solicitação por parte do interessado, e decisão prolatada no Processo nº 08420.002957/95-96, resolve:

a) revogar a Portaria MJ nº 688, publicada no DOU de 22.10.93, Seção I, pag. 15.761, que concedeu a autorização para funcionamento no Estado do RIO GRANDE DO NORTE, na atividade de prestação de serviços de VIGILÂNCIA à empresa S.O.S. SISTEMA OSTENSIVO DE SEGURANÇA LTDA.

b) autorizar o funcionamento da empresa mencionada no item "a" desta Portaria, para exercer a atividade de VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES, CGC nº 40.788.861/0001-09, sediada no Estado do RIO GRANDE DO NORTE, com a razão social de S.O.S. SISTEMA OSTENSIVO DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.

DYONELIO FRANCISCO MONOSINI

(Nº 3.817-2 - 25-9-95 - R\$ 48,55)

Ministério do Exército

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA

Diretoria de Especialização e Extensão

DESPACHOS

Reconheço a Dispensa de Licitação, fundamentada no inciso XIII do Art 24 da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993, para prestação de Curso de Especialização em Engenharia de Manutenção pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a ser frequentado pelo Cap Art (026805002-8) Carlos Alberto da Silva Augusto, da EsMB, no período de 18 Set 95 a 15 Jul 96.

Rio de Janeiro-RJ, 25 de setembro de 1995
Cel QEM/CDEM ÉRICO EDUARDO ALVARES DE APAGÃO
Ordenador de Despesas da Escola de Material Bélico

Ratifico a decisão do Ordenador de Despesas da EsMB, exarada no processo nº 002/95 - Seq Compras, referente a Dispensa de Licitação acima referenciada nos termos do inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

(Of. nº 4/95)

Rio de Janeiro-RJ, 25 de setembro de 1995
Gen Bda LICÍNIO NUNES DE MIRANDA FILHO
Diretor

DEPARTAMENTO DE MATERIAL BÉLICO

DESPACHOS

Reconheço a Dispensa de Licitação fundamentada no Inciso IV do Art 24, da Lei nº 8.666/93, para aquisição de 16(dezesseis) equipamentos ROB 25T, 10(dez) tanques de água ARPERJET, tanques de combustíveis e 16(dezesseis) plataformas especiais para movimentação de containers, junto a HS - Manutenção Hidráulica Ltda, de acordo com o Processo Administrativo Nr 117/95-DMB.

Brasília-DF, 12 de setembro de 1995
Gen Div WERLON COARACY DE ROURE
Vice-Chefe do Departamento

Ratifico a decisão do Vice-Chefe do DMB exarada no Processo Administrativo Nr 117/95-DMB, referente a Dispensa de Licitação acima caracterizada nos termos do Art 26, da lei Nr 8.666/93.

Brasília-DF, 12 de setembro de 1995
Gen Ex DIRCEU RIBAS CORRÊA
Chefe do Departamento

(Of. nº 688/95)

COMANDO MILITAR DO SUDESTE

2ª Região Militar

DESPACHOS

Reconheço a inexigibilidade de Licitação fundamentada no Art. 25 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, para as seguintes concessionárias de serviços públicos: Telecomunicações de São Paulo S/A (Telecomunicações), Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Água e esgoto), Eletricidade de São Paulo S/A (energia elétrica), Companhia de Água e Esgoto do Município de Osasco (água e esgoto) Vale Transporte S/A (Vale Transporte), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Selos postais); No período de 01 de Janeiro a 31 de dezembro de 1995, de acordo com o processo nº 00011/Almox-95.

Osasco-SP, 29 de agosto de 1995.

Ten Cel Art AGENOR SAMPAIO
Ordenador de Despesa do 22º Depósito de Suprimento

Ratifico a decisão do OD do 22º D Sup, exarada no processo nº 00011/Almox-95 referente a inexigibilidade de Licitação acima caracterizada, nos termos do Caput do Art 26 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94.

São Paulo-SP, 25 de setembro de 1995.
Gen Div ARRY ILDO RECH
Comandante

(Nº 47.634 - 27-9-95 - R\$ 58,80)

Reconheço a Dispensa de Licitação fundamentada no Art.24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, para aquisição de carroceria tipo baú em alumínio para a viatura Toyota da firma MASSARI S/A INDUSTRIA DE VIATURAS, toldos para viaturas MEB LAK 1418 da firma INDUSTRIA E COMERCIO PIZZOLI S/A, comboio de lubrificação para equipamento de engenharia da firma JOSÉ MURILLO BOZZA S/A COMERCIO E INDUSTRIA e serviço de pintura em cabine e chassis MEB LAK 1418 da firma SANTO ANDRÉ AGRO-DIESEL S/A, que serão empregados na FORÇA DE PAZ DA ONU, para atendimento a UNA VEM III, onde a exiguidade do prazo caracteriza uma situação emergencial de acordo 7 com os processos 05,06,07 e 08-COS/95.

Osasco-SP, 30 de agosto de 1995.

Ten Cel Art AGENOR SAMPAIO
Ordenador de Despesas do 22º Depósito de Suprimento

Ratifico a decisão do OD do 22º D SUP, exarada nos processos 05,06,07 e 08 - COS/95, referentes a Dispensa de Licitação acima caracterizada, nos termos do Caput do Art 26 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94.

São Paulo-SP, 25 de setembro de 1995.
Gen Div ARRY ILDO RECH
Comandante

(Nº 47.635 - 27-9-95 - R\$ 58,80)

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 242, DE 27 DE SETEMBRO DE 1995

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e de acordo com o disposto nos arts. 14, inciso IX, alíneas "b" e "h" e 37, da Medida Provisória nº 1.090, de 25 de agosto de 1995; no art. 3º, alínea "a", da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, alterado pelo art. 1º do Decreto-lei nº 2.162, de 19 de setembro de 1984; no art. 5º do Decreto-lei nº 63, de 21 de novembro de 1966; no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 8.085, de 23 de outubro de 1990; no art. 1º do Decreto nº 99.546, de 25 de setembro de 1990; no art. 5º do Decreto nº 1.343, de 23 de dezembro de 1994, e tendo em vista os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, resolve: